

no 103/

Visita à República Popular de Angola  
e à República Democrática de S. Tomé  
e Príncipe de uma delegação do PAIGV,  
constituída pelos Camaradas Joaquim  
Pedro Silva e Jorge Lopes respectiva-  
mente, Secretário do CN e Director do  
Departamento das Relações Exteriores

## RELATÓRIO

No quadro das tradicionais relações de amizade e com o objectivo de proceder a uma ampla troca de experiências com o MPLA-Partido do Trabalho e o MLSTP esteve, de 12 a 23 de Abril em Angola e S. Tomé e Príncipe uma delegação do PAIGV conduzida pelo Camarada Joaquim Pedro Silva Secretário do CN.

1. Em Angola, depois de acolhida no aeroporto por Roberto de Almeida, Secretário do C.C. do MPLA-PT para a esfera ideológica, a nossa delegação teve no mesmo dia o seu 1º encontro de trabalho com uma delegação Angolana chefiada pelo referido Secretário e constituída pelo Director e chefe de Secção África do Departamento das Relações Exteriores bem como o chefe da Divisão da Vida Interna do Departamento da Organização.

Depois de apresentar os cumprimentos de boas-vindas, e de enquadrar a visita no âmbito do aprofundamento das relações e dos laços de amizade existentes entre os dois Partidos, o chefe da delegação angolana propôs para a ordem do dia os seguintes pontos:

- I. Discussão e aprovação do programa da estadia na R.P.A.
- II. Informação sobre a situação em ambos os países
- III. Troca de informações sobre a situação internacional.

Por sua vez, a nossa delegação, através do Camarada Joaquim Pedro Silva, saudou em nome da Direcção do nosso Partido e do seu Secretário-Geral a Direcção do MPLA-PT e os seus militantes e considerou de extrema importância a visita, na medida em que ele iria proporcionar em troca de experiências nos diversos domínios de acção dos dois Partidos.

Aprovado que foi o programa da visita à R.P.A. o camarada Roberto de Almeida passaria à informação sobre a situação em Angola situando o início das acções militares da África do Sul contra esse país desde o mês de Agosto de 1981.

Da informação prestada destacam-se os seguintes aspectos:

- A subida de Reagan ao poder e a decisão da política dos EUA em relação à África Austral, o engajamento progressivo no processo desta parte do nosso continente e a atitude em relação às eleições na Namíbia;
- Condicionamento da independência da Namíbia à retirada das tropas cubanas de Angola e o apoio secreto e camuflado dos EUA a RSA;
- Criação pela África do Sul de unidades militares bem treinadas, a partir de mancebos raptados, particularmente nos meios rurais da R.P.A.;
- A grande invasão de Agosto de 1981 que envolveu cerca de 11 mil homens entre a África do Sul e os Fantoques da UNITA. A partir dessa altura a UNITA passa a ser força complementar da África do Sul;
- As insuficiências das FAPLA (apesar da neutralização da acção dos fantoches) nomeadamente o deficiente recrutamento de mancebos e a concepção não muito acertada da guerra. Exigência de grandes unidades regulares do exército com equipamento benéfico adequado, enquanto que não foram organizadas unidades ligeiras para combater o banditismo.
- Em Maio de 1983 após profundas discussões entre os órgãos políticos, militares e acessórios, foi transformada a concepção da guerra, tendo-se reorganizado as divisões militares do país e criado Conselhos Militares regionais;
- A derrota por completa da UNITA e a África do Sul na operação organizada em 1983 e que tinha em vista forçar o caminho para Luanda;
- Engajamento por completo, a partir de então, da aviação sul africana em acções militares;
- As tentativas de sabotar a economia do país e as suas implicações;
- A necessidade de desviar os meios financeiros do sector económico para o da guerra;

- A instabilidade e a movimentação das populações e o seu peso na desestabilização da economia do país;
- As derrotas da África do Sul, também no plano diplomático;
- A comissão conjunta Angola-África do Sul para o processo das negociações;
- As condições definidas pelo MPLA-PT para o início das conversações com os Governos da África do Sul e dos EUA
  - Retirada ~~imediat~~ e incondicional das tropas sul-africanas de Angola
  - Cessação do apoio à UNITA
  - Implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU
- As negociações cautelosas iniciadas pelo MPLA-PT, salvaguardando a problemática da independência da Namíbia reconhecida internacionalmente;
- Os reflexos da situação económica do país, da guerra e da falta de quadros na vida partidária;
- A satisfatória estruturação do Partido a nível central e das províncias;
- A deficiência do trabalho partidário nos meios rurais e daí a insuficiente implantação do Partido.

Respondendo às questões que lhe foram postas pela nossa delegação o camarada Roberto Almeida acrescentaria ainda:

- as conversações de Lusaka com a África do Sul surgiram na sequência das conversações com os EUA em que se assinou uma acta comum;
- a administração Reagan deu garantias de não apoiar a UNITA e de exercer influências sobre a África do Sul para não apoiar a UNITA;
- a África do Sul deverá realizar contactos directos com a SWAPO para a aplicação da resolução 435;
- têm tido o cuidado de não assumir nenhum compromisso que não perspective a independência da Namíbia;

- depois da criação da comissão conjunta tem havido contactos frequentes mas sómente a esse nível;
- a SWAPO nem sempre tem assumido o compromisso de não infiltrar na África do Sul a partir de Angola o que dificulta de certo modo as negociações, pelo menos na fase em que elas se encontram.

Também, uma informação sucinta sobre a situação geral do nosso país foi feita pelo camarada Joaquim Pedro Silva.

Sobre a situação internacional, o Secretário do Comité Central do MPLA-PT fez primeiro referência à situação na África Austral, de acordo de N'Komati assinado entre Moçambique e a África do Sul bem como às perspectivas de paz que se abrem nesta parte do continente africano. Afirma que Angola continua reiterando inabalável apoio à luta dos povos da África do Sul e da Namíbia conduzida respectivamente pela ANC e pela SWAPO. O camarada Roberto de Almeida exprimiu a convicção de que abolição do regime desumano de apartheid, condenado por toda a comunidade internacional, será em última instância obra do povo sul-africano, e que as forças patrióticas revolucionárias sa-berão adaptar-se à nova fase da luta, sob a orientação do ANC.

Outras questões de carácter internacional foram abordadas, nomeadamente a situação na Guiné-Conakry e a próxima reunião da OUA.

Finalmente falou-se da necessidade de uma cooperação mais próxima entre os dois Partidos, tendo o camarada Joaquim Pedro Silva submetido à apreciação do Secretário do Comité Central do MPLA-PT algumas das necessidades materiais mais prementes do nosso Partido e solicitado alguma cooperação. Posteriormente informaram que tomariam em consideração as nossas solicitações e que através da Embaixada nos informariam dos mecanismos pendentes a satisfazê-las.

A este encontro entre as duas delegações sucederam-se reuniões de trabalho com outros Secretários do Comité Central, a fim de conhecer a experiência organizativa do MPLA-PT em alguns domínios tendo sido também facultada a tomada de contacto com as actividades de alguns departamentos.

Assim no dia 13/04/84 teve lugar o 2º encontro de trabalho, desta vez com o Secretário do Comité Central para as Relações Exteriores, camarada Afonso M'BINDA "VAN DUNEN" que se fazia acompanhar do director do departamento.

Das informações prestadas sobre o funcionamento desse departamento salientamos:

- Reorganização recente, com a criação de Sectores com responsáveis a tempo inteiro
- O departamento participa activamente na tomada das grandes decisões sobre a política internacional
- Reunião anual com todos os organismos do Estado que actuam no plano das relações exteriores (Liga de Amizade, UNTA, Organizações de massas, Cruz Vermelha, etc.)
- Elaboração de um plano global das relações exteriores do país que abrange os planos de todos os organismos do Estado que actuam neste domínio
- O plano global inclui-se também todas as actividades previstas para um ano, do Departamento das Relações Exteriores e do Ministério das Relações Exteriores
- O Secretário do Partido para as Relações Exteriores é quem apresenta, ao Comité Central ou Secretariado, tanto o plano como os relatórios de actividades, no domínio das relações exteriores, de todos os organismos do país, particularmente do DRE e do MRE, mesmo sendo o Ministro das Relações Exteriores membro do Comité Central
- Para o acompanhamento das actividades, esforça-se para uma estreita ligação entre o DRE e o MRE havendo para o efeito frequentes reuniões conjuntas onde participa o Director do DRE
- Para além do plano global, há também o plano interno das tarefas do DRE
- À excepção das deslocações dos ministros que são autorizadas pelo Presidente do Partido e da República, todas as missões para o exterior, do Partido e do Estado, devem ter a caução do Secretário do C.C. inclusive as de próprio MRE
- Com base em mapas sectoriais o DRE elabora um mapa anual de missões a enviar e a receber do exterior, a todos os níveis do Partido e do Estado
- O controlo do cumprimento do programa de actividades do DRE bem como de outros departamentos, é feito mensalmente pelo Secretariado

- Os primeiros passos para a criação de células do Partido nas Embaixadas, estão sendo ensaiados. Esta actividade está mais ligada ao Departamento da Organização
- Os projectos de acordos, comunicados conjuntos entre Partidos, são todos elaborados no DRE e a sua discussão e assinatura conta sempre com a participação do Director ou outro funcionário do departamento
- Todas as intervenções preparadas para qualquer missão ao exterior, mesmo as do MRE devem ser revistas pelo DRE que terá necessariamente uma cópia das mesmas
- As delegações ao exterior devem fazer-se acompanhar de um guião contendo as principais questões a serem tratadas ou expostas às entidades anfitriãs e quando conveniente, de uma mensagem do Presidente
- O guião deve, em princípio ser elaborado conjuntamente pelo MRE e DRE
- No controlo e acompanhamento do Estado pelo Partido, neste e outros domínios, surgem ainda algumas dificuldades e susceptibilidades.

No dia 14/04/84 a nossa delegação teve o seu terceiro encontro de trabalhos com o Secretário do C.C. para a esfera ideológica, camarada Roberto de Almeida. Antes de falar da sua esfera, propriamente dito, deu-nos a conhecer, em traços gerais, a estruturação e funcionamento do Partido, a nível da Direcção.

Das informações prestadas destacamos:

- à excepção do Secretário para o Trabalho Político nas Forças Armadas, todos os outros trabalham exclusivamente para o Partido.
- o Partido tem grande influência na designação dos funcionários do Estado. É particularmente o Secretariado que designa os ministros, aprova ou rejeita a nomeação de outros funcionários (a partir dos directores) por proposta dos ministros
- o Secretariado do Comité Central é também o elo de ligação com o Presidente da República e Governo
- o C.C. reúne-se de 6 em 6 meses,  
o B.P. reúne-se 1 vez por mês,  
o Secretariado de 15 em 15 dias.

- todos os organismos estatais, Ministérios e Secretarias de Estado são orientados pelos Secretários do CC.

Assim por exemplo:

- o Secretário para as Relações Exteriores orienta o MRE
- o Secretário para o Trabalho Político nas Forças Armadas orienta os Ministérios da Defesa, da Segurança, do Interior e Secretaria de Estado dos antigos combatentes.
- o Secretário para o Sector Produtivo orienta os Ministérios da Agricultura, da Indústria, das Pescas, do Petróleo e Energia, da Construção e dos Transportes e Comunicações.
- o Secretário para Assuntos Estatais e Judiciais orienta o Ministério da Justiça.
- o Secretário para a Política Económica e Social orienta os Ministérios do Plano, das Finanças, do Comércio Externo, do Comércio Interno, Secretaria de Estado da Cooperação e Assuntos Sociais, do Trabalho e Segurança Social, da Saúde.
- o Secretário para os Quadros orienta o Instituto Nacional de bolsas de estudo. (salienta-se aqui que a recolha de candidatos é feita pelo Partido no centro e nas provincias. Existe uma comissão nacional de encaminhamento dos alunos que terminam o Liceu que é presidida pelo Ministro do Plano e integra representantes de outros sectores).

No que se refere à esfera ideológica registamos:

- na dependência do Secretário funcionam três departamentos -
  - da informação e propaganda, da educação política e ideológica e da educação, cultura e desporto
- o D.I.P. orienta e controla todos os meios de difusão massiva do país (rádio, jornal, televisão, ANGOP, etc.) e tem sob a sua responsabilidade a EDIL (empresa distribuidora livreira) que tem sucursais nas provincias
- o DIP orienta a ENAT (empresa nacional de apoio técnico), a Empresa Nacional de Fotografias e a gráfica do Partido
- o Director do DIP preside um Conselho de orientação da informação de que fazem parte os directores da rádio, jornal, TV, ANGOP, o chefe da redacção do programa Angola combatente. O conselho reúne-se quinzenalmente

- no DIP existem duas divisões - da agitação e propaganda e da informação
- a divisão da informação tem as sessões de rádio e TV, imprensa, informação internacional
- existem na divisão da agitação e propaganda, entre outras, uma secção de sondagem da opinião pública e uma outra de propaganda gráfica e publicação
- o Departamento da educação política e ideológica (DEPI) tem duas divisões - das Escolas do Partido e da Formação militante
- a primeira orienta a Escola Nacional e todas as Escolas provinciais do Partido
- a divisão da formação militante ocupa-se da formação através de cursos especiais (da rádio, TV etc.)
- o Departamento da educação, cultura e desporto orienta os Ministérios da educação, cultura e desporto. Orienta também o trabalho da alfabetização
- os Comité provinciais do Partido normalmente têm 5 secretários que se ocupam de todas as esferas correspondentes as do Comité Central
- existe uma lei geral da informação e um regulamento geral da disciplina nesse domínio
- os órgãos da informação são empresas autónomas administrativamente, e têm a orientação ideológica directa do Secretariado do Partido através do Departamento respectivo
- para além das escolas do Partido há centros de instrução política que podem ser frequentados por trabalhadores destacados.

No dia 16/04/84, também para troca de experiência, a delegação encontrou-se com o camarada Lúcio Lara - Secretário do CC para a Organização. Deste encontro reteve-se as seguintes informações:

- grande atenção tem sido dispensada ao problema da implantação do Partido nos locais de trabalho e ao funcionamento das células;
- as células são constituídas de 3 a 30 membros
- num mesmo local de trabalho pode haver mais do que uma célula, existindo neste caso um "Comité do Partido" que coordena as células;



- as células enviam relatórios de actividades ao Comité do Partido, com cópia para o Departamento de Organização do Secretariado;
- as organizações de base nos locais de trabalho no Estado e nas organizações de massas possuem uma dupla ligação. Em relação aos órgãos dirigentes do Partido de escalão imediatamente superior, para questões da vida interna, e em relação ao Secretariado do C.C. através do correspondente departamento, para as questões relativas à actividade económico-social e organizativa do local de trabalho;
- realizam-se com frequência, encontros metodológicos entre os departamentos do C.C. e os homólogos dos Comités Provinciais
- activistas do departamento (instrutores) visitam mensalmente as estruturas em duas ou três provincias;
- pensa-se criar "instrutores" em todos os departamentos interessados;
- as células são avaliadas não só pelas actas e pelo pagamento das cotas mas também pelo funcionamento dos respectivos locais de trabalho;
- na célula deve haver uma comissão que se preocupa sómente com as questões de produção na empresa;
- os directores das empresas nem sempre são membros do Partido daí os conflitos que normalmente surgem
- há uma directiva no sentido de não transferir das empresas, os membros das células ou do Comité do Partido sem conhecimento prévio do Secretariado;
- a célula não tem autoridade sobre o director, podendo no entanto criticá-lo em reuniões em que participa.

Para complementar as informações prestadas, foi-nos facultada a directiva nº6 do Secretariado do C.C. sobre o funcionamento das organizações de base do Partido nos órgãos estatais.

A delegação teve no próprio dia 16, à tarde, o último encontro de trabalho, com o camarada Henrique Santos Onumba - Secretário para os órgãos estatais e juridicos. Este deu-nos a conhecer a forma como o Partido exerce a função dirigente, e a maneira como se faz o acompanhamento dos organismos estatais e juridicos. As informações prestadas, estão contidas no documento "Exercício da função de acompanhamento e controlo dos departamentos do CC em relação aos organismos do aparelho

do Estado" que nos foi facultado.

Sublinha-se contudo os seguintes aspectos:

- há que fazer entender que o Estado é um instrumento de execução das orientações do Partido
- o acompanhamento faz-se através de cada Secretário do CC que orienta uma determinada esfera
- uma outra forma de realizar o acompanhamento é através das estruturas do Partido nos organismos estatais que por sua vez mantêm ligações com os departamentos especializados do C.C.
- as células devem conhecer bem o plano do seu Ministério
- os directores dos departamentos do C.C. tomam parte nas reuniões do Estado, sobre os domínios a que estão ligados
- o Secretariado do C.C. ao caucionar determinadas decisões dos Ministérios, tem em conta a opinião das células do Partido nos mesmos.

Durante a visita à República Popular de Angola a delegação depositou uma coroa de flores no sarcófago do Presidente Doutor António Agostinho Neto.

A missão a Angola culminou com a assinatura de um acordo de cooperação entre o MPLA-PT e o PAIGV.

Quisemos aproveitar a nossa presença em Angola para no domínio da cooperação vermos alguns meios que porventura podessem ser postos a disposição do Partido tendo em conta algumas necessidades nomeadamente a construção e reparação de algumas sedes dos sectores. Assim submetemos à consideração dos camaradas um pedido de cimento e material de construção, bem como alguns equipamentos para informação. Prometeram-nos que iriam ver a questão e que brevemente através da nossa Embaixada responder-nos-iam. Por outro lado, no quadro da nossa visita deslocamos a Cabinda e em conversa com a nossa comunidade conseguimos obter 3.000 toneladas de cimento que orça para cima de 20.000 contos ao preço do cimento em Cabo Verde.

Estabelecemos imediatamente os contactos com Lopo de Nascimento Ministro do Plano para que esse cimento fosse pago em Kwanzas.

Em seguida contactamos a ANGONAVE para que esse cimento seja transportado num dos seus barcos que poderá escalar Cabo Verde a caminho da Europa. Tudo foi acordado pelo que deixamos à nossa Embaixada

com todos os elementos indispensáveis à prossecução dessas diligências

Ainda em Cabinda ~~conhecemos~~ tomamos que o Comissário Provincial Jorge Tchimpuati tem-se revelado bom amigo dos caboverdianos. Tendo o mesmo demonstrado interesse em conhecer Cabo Verde, tomamos, embora sem autorização, a iniciativa de o convidar para vir passar as férias em Cabo Verde em 1985. Da aceitação pelo Partido e Governo deste convite devemos formulá-lo oficialmente ao Secretariado do Comité Central do MPLA-PT.

2

2. A visita à S. Tomé e Príncipe veio responder a um convite formulado por uma delegação do MLSTP que visitou Cabo Verde nos fins do ano passado.

No cumprimento de um vasto programa que nos foi proposto, tivemos a oportunidade de tomar contacto com a experiência do Comité distrital de Caué e do Comité de Zona da Empresa Ribeira-Peixe.

Num encontro havido na sede do MLSTP, com uma delegação chefiada por Francisco Pires, Secretário do Comité Central, ouvimos da parte S. Tomense uma longa exposição sobre a estrutura e o funcionamento do MLSTP. Outros temas não foram abordados e no fim do encontro o Camarada Francisco Pires, em nome do Comité Central do MLSTP fez ao CN do PAICV, através da nossa delegação, as seguintes propostas:

1. Realização em 1985, de um encontro entre os Partidos dirigentes dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa. O país anfitrião poderá ser S. Tomé, ficando a marcação da data mais conveniente para ser acordada posteriormente.
2. Encontro das organizações juvenis dos "cinco" em data e âmbito a determinar.

Um acordo de cooperação para os anos de 1984 e 1985 entre o MLSTP e o PAICV foi também assinado entre os chefes das duas delegações.

No termo da visita a delegação foi recebida pelo Presidente do MLSTP, Manuel Pinto da Costa, onde se passou em revista os problemas candentes do continente africano, particularmente a situação na África Austral. De salientar que as propostas de encontro entre os Partidos e das organizações juvenis dos "cinco" foram retomadas pelo Presidente do MLSTP durante a audiência que foi concedida à nossa delegação.

Da conversa com o Presidente Pinto da Costa foram também levantadas questões relacionadas com a situação dos caboverdianos em S. Tomé.

Avançamos a ideia de se estudar a possibilidade de os compatriotas residentes em S. Tomé passarem a aproveitar os voos mensais directos S. Tomé - Sal da TAP que tiveram início no mês passado. Quanto às bagagens estudar-se-a a possibilidade de os barcos angolanos que viajam para a Europa, poderem ocasalar S. Tomé a fim de as trazer. Pensamos que são questões que devem ser retomadas.

O CHEFE DA DELEGAÇÃO

*Joaquim Pedro Silva*

- JOAQUIM PEDRO SILVA -

( SECRETÁRIO DO GN DO PAIGV )